Artigo Dossiê - Centenário de Milton Santos (2026)

Geografias das Juventudes como possibilidade: território e reinvenção do futuro em Milton Santos

Geographies of Youths as possibility: territory and the reinvention of the future in Milton Santos

Geografías de las Juventudes como posibilidad: territorio y la reinvención del futuro en Milton Santos

VICTOR HUGO NEDEL OLIVEIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Recebido em: 10/03/2026.
Aprovado em: 19/04/2026.
Editoras responsáveis: Mónica Arroyo, Denise Elias e Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
NEDEL OLIVEIRA, Victor Hugo. Geografias das Juventudes como possibilidade: território e reinvenção do futuro em Milton Santos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e21276, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.21276. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21276. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O artigo analisa a atualidade da teoria de Milton Santos a partir do debate das Geografias das Juventudes. Trata-se de ensaio teórico fundamentado em leitura sistemática de suas categorias centrais de espaço, território e globalização, buscando compreender como a condição juvenil condensa as contradições do meio técnico-científico-informacional. Argumenta-se que a precarização do trabalho, a financeirização da vida e a urbanização desigual configuram bloqueios estruturais ao futuro. Contudo, práticas territoriais juvenis podem tensionar tais limites ao produzir usos criativos do espaço, reinscrevendo a possibilidade histórica no presente e atualizando a dimensão política da teoria miltoniana.

Palavras-chave: Milton Santos; Geografias das juventudes; Território; Globalização; Meio técnico-científico-informacional.

ABSTRACT: The article examines the contemporary relevance of the theory of Milton Santos through the lens of Youth Geographies. It is a theoretical essay grounded in a systematic reading of his central categories about space, territory, and globalization, seeking to understand how the youth condition condenses the contradictions of the technical-scientific-informational milieu. It argues that labor precarization, the financialization of life, and uneven urbanization constitute structural blockages to the future. However, youth territorial practices may challenge such limits by producing creative uses of space, reinscribing historical possibility in the present and updating the political dimension of Milton Santos's theory.

Keywords: Milton Santos; geographies of youths; Territory; Globalization; Technical-scientific-informational milieu.

RESUMEN: El artículo analiza la actualidad de la teoría de Milton Santos a partir del debate de las Geografías de las Juventudes. Se trata de un ensayo teórico fundamentado en una lectura sistemática de sus categorías centrales de espacio, territorio y globalización, con el objetivo de comprender cómo la condición juvenil condensa las contradicciones del medio técnico-científico-informacional. Se argumenta que la precarización del trabajo, la financiarización de la

vida y la urbanización desigual configuran bloqueos estructurales al futuro. No obstante, las prácticas territoriales juveniles pueden tensionar tales límites al producir usos creativos del espacio, reinscribiendo la posibilidad histórica en el presente y actualizando la dimensión política de la teoría miltoniana.

Palabras clave: Milton Santos; geografías de las juventudes; Territorio; Globalización; Medio técnico-científico-informacional.

Introdução

O centenário de nascimento de Milton Santos (1926–2026) impõe à Geografia brasileira e latino-americana um gesto que ultrapassa a celebração memorialista. Revisitar sua obra, neste momento histórico, constitui muito mais do que mero tributo a um autor consagrado, mas sim um exercício crítico indispensável diante da intensificação das contradições que ele próprio diagnosticou com notável precisão. A financeirização difusa da vida, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, a precarização estrutural do trabalho e a aceleração técnico-informacional que reconfigura as escalas da existência compõem um cenário no qual suas categorias interpretativas revelam vigor renovado. O centenário, assim, convida menos à evocação biográfica e mais à radicalização teórica: trata-se de interrogar o presente a partir das ferramentas conceituais legadas por Milton Santos, explorando sua atualidade e, sobretudo, suas virtualidades ainda abertas.

A centralidade do espaço como instância ativa da vida social, concebido como totalidade concreta resultante da indissociabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996) permanece um dos pilares mais fecundos de sua reflexão. Ao formular o meio técnico-científico-informacional como condição histórica específica do capitalismo contemporâneo, Milton Santos evidenciou que a técnica não é neutra nem homogênea: ela é seletiva, hierarquizante e profundamente articulada às lógicas do poder. A globalização, em sua leitura, não se reduz à intensificação dos fluxos; constitui-se como processo desigual que combina integração e fragmentação, promessa e exclusão. A conhecida tríade "fábula, perversidade e possibilidade" (Santos, 2000) sintetiza essa ambivalência estrutural: se, por um lado, a globalização se apresenta como narrativa ideológica de integração universal, por outro se realiza concretamente como aprofundamento das assimetrias territoriais, sem suprimir, contudo, a abertura histórica para formas outras de organização do espaço e da vida coletiva. É nessa tensão que reside a atualidade incontornável de sua obra.

Este artigo parte de uma leitura imanente do pensamento miltoniano. Não se trata de aplicar externamente suas categorias a um objeto temático, mas de explorar suas virtualidades analíticas a partir de uma dimensão social que não ocupa lugar explícito em seu arcabouço conceitual: as juventudes. Embora sua teoria tenha se dedicado amplamente aos sujeitos subalternizados, às economias populares e às dinâmicas territoriais da desigualdade, a categoria juventude não aparece de modo sistemático em seus textos. Essa ausência, contudo, longe de constituir limite, revela-se produtiva. Se o espaço é produto e condição das relações sociais, e se o território expressa a materialidade concreta da vida cotidiana, então as juventudes, enquanto sujeitos históricos, atravessados por clivagens de espaço, classe, raça, gênero e geração, tornam-se dimensão estratégica para apreender as formas contemporâneas de apropriação, tensão e reinvenção do território.

Mais do que um recorte etário, juventude é aqui compreendida como condição social marcada pela dualidade entre a experiência do tempo do agora e do tempo do devir. Trata-se de uma posição geracional que tensiona o presente a partir da expectativa de futuro, experimentando de modo particularmente agudo as incertezas e os bloqueios impostos pela ordem socioespacial vigente. No contexto brasileiro, toma-se como referência a delimitação jurídica estabelecida pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013 (Brasil, 2013), que define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos; contudo, a análise aqui proposta ultrapassa a definição normativa, tratando a juventude como construção social atravessada por determinações interseccionais. Diferencia-se, assim, da noção de adolescência, mais associada aos campos da psicologia e das ciências médicas, para situar-se no âmbito das humanidades e da análise social e, em nosso caso, espacial, dos sujeitos. Nesse horizonte, as Geografias das Juventudes constituem campo em consolidação no Brasil, na América Latina e em outros contextos internacionais, dedicado à investigação das territorialidades juvenis, das desigualdades socioespaciais e das formas de agência que emergem nas dinâmicas contemporâneas do espaço (Cardoso; Turra Neto, 2011; Oliveira, 2023a). Se o espaço, conforme formulado por Milton Santos, é instância ativa da vida social, as juventudes configuram observatório privilegiado de sua

historicidade: nelas se condensam, de forma intensificada, tanto os efeitos da globalização perversa quanto as brechas de sua possibilidade.

É nesse horizonte que se formula o problema que orienta este artigo: em que medida a teoria do espaço geográfico e a noção de território usado revelam as juventudes contemporâneas como sujeitos privilegiados daquilo que Milton Santos denominou "globalização como possibilidade"? Ou, de modo mais incisivo, como as Geografias das Juventudes podem constituir desdobramento crítico inerente da teoria miltoniana, evidenciando sujeitos que, imersos na globalização perversa, produzem práticas territoriais que reinscrevem o futuro como dimensão histórica aberta?

Sustenta-se, portanto como ideia central, que as Geografias das Juventudes não configuram aplicação externa nem mera extensão temática da obra de Milton Santos. Ao contrário, elas radicalizam sua dimensão política ao evidenciar sujeitos que experimentam de maneira intensificada as contradições do meio técnico-científico-informacional e, simultaneamente, elaboram práticas de resistência, criação e reapropriação espacial. Inseridas em contextos de precarização do trabalho, incerteza quanto ao futuro e desigualdade urbana estrutural, as juventudes contemporâneas vivenciam a globalização em sua face mais perversa; contudo, é precisamente nessa condição que emergem como produtoras de possibilidade, tensionando o presente e reinscrevendo o espaço como campo de disputa histórica.

Do ponto de vista metodológico, o artigo configura-se como um ensaio teórico de caráter interpretativo, fundamentado em leitura ligada à obra de Milton Santos, com ênfase nas categorias de espaço, território e globalização. Não se trata de pesquisa empírica, mas de exercício analítico voltado à atualização conceitual da teoria miltoniana a partir do debate contemporâneo sobre juventudes. Os casos empíricos mobilizados ao longo do texto não constituem objeto central de análise, mas funcionam como situações reveladoras que permitem tensionar e concretizar categorias da teoria miltoniana. A argumentação apoia-se na reconstrução sistemática dessas categorias e em diálogo crítico com literatura recente sobre precarização, financeirização e condição juvenil, buscando explicitar seus alcances e limites no contexto do meio técnico-científico-informacional. Reconhece-se, portanto, o caráter exploratório do trabalho, cujo objetivo é tensionar conceitualmente a tradição miltoniana e indicar possíveis desdobramentos para pesquisas futuras no campo das Geografias das Juventudes.

Para desenvolver esse argumento, o artigo organiza-se em três movimentos articulados. Inicialmente, reconstrói-se o núcleo conceitual da teoria miltoniana do espaço, com ênfase na noção de território e na formulação da globalização como fábula, perversidade e possibilidade. Em seguida, analisa-se a condição juvenil na contemporaneidade, destacando como as juventudes vivenciam de forma aguda as dinâmicas da globalização perversa, particularmente no que se refere à precarização socioespacial e ao bloqueio de horizontes futuros. Por fim, propõe-se compreender as Geografias das Juventudes como expressão concreta da possibilidade inscrita na teoria de Milton Santos, evidenciando práticas que, ao reinventarem o uso do território, mantêm aberta a dimensão histórica do porvir. Atualizar Milton Santos, no contexto de seu centenário, implica reconhecer que o espaço permanece atravessado por conflitos e disputas, mas também por brechas de criação, e que as juventudes ocupam lugar decisivo nessa tensão entre reprodução e reinvenção do mundo.

2 Milton Santos: espaço, território e globalização

A discussão central deste artigo exige uma reconstrução conceitual do pensamento de Milton Santos. Não se trata de revisão expositiva ou síntese didática, mas de uma leitura estrutural voltada à explicitação das categorias que sustentam sua ontologia do espaço. Espaço geográfico, território e globalização não constituem conceitos isolados, mas momentos articulados de um mesmo edifício teórico. É na articulação entre essas noções que se delineia a compreensão do espaço como instância ativa da vida social e como campo historicamente atravessado por conflitos, assimetrias e possibilidades.

2.1 Espaço como totalidade concreta

Em "A Natureza do Espaço", Santos (1996) formula uma definição que desloca radicalmente o entendimento do espaço para além de sua apreensão como cenário ou suporte. Como afirma Milton Santos, "o espaço é um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações" (1996, p. 36). O espaço geográfico é, portanto, concebido como totalidade concreta, resultado histórico da interação entre materialidade e ação. Essa totalidade não equivale à soma de elementos dispersos, mas à articulação dinâmica de dimensões indissociáveis. O espaço não é dado; é produzido. E sua produção é inseparável das condições técnicas, políticas e econômicas que estruturam a sociedade em determinado momento histórico.

A noção de sistemas de objetos e sistemas de ações constitui o núcleo dessa formulação. Os objetos (infraestruturas, edificações, redes técnicas, dispositivos informacionais) expressam a materialização acumulada das técnicas e dos investimentos de diferentes períodos históricos. As ações, por sua vez, correspondem às práticas sociais que se realizam sobre essa base material e que, simultaneamente, a transformam. A indissociabilidade entre objetos e ações impede qualquer leitura fragmentária: não há técnica que exista independentemente do uso social, assim como não há ação que se realize fora de uma determinada configuração material. O espaço emerge, portanto, como síntese histórica dessa relação.

A técnica ocupa lugar central nesse processo. Longe de ser neutra ou meramente instrumental, ela é entendida como construção social que incorpora interesses, racionalidades e hierarquias. No período contemporâneo, caracterizado pelo meio técnico-científico-informacional, a informação adquire papel estratégico na coordenação das atividades econômicas e políticas, ampliando a capacidade de comando à distância e intensificando a integração funcional de territórios distintos. Tal integração, contudo, não implica homogeneidade. Ao contrário, a difusão seletiva da técnica aprofunda desigualdades e produz novas formas de diferenciação territorial.

Nessa perspectiva, o espaço não apenas reflete as relações sociais; ele participa ativamente de sua reprodução e transformação. Ao condicionar práticas, distribuir oportunidades e limitar acessos, o espaço atua como instância mediadora da vida social. Reconhecê-lo como totalidade concreta significa admitir sua historicidade e sua centralidade na produção das desigualdades. O espaço é, simultaneamente, condição e produto das relações sociais e, por isso mesmo, campo de disputa.

2.2 Território usado

A partir dessa ontologia do espaço, Milton Santos elabora a noção de território usado, desenvolvida especialmente em "O Espaço Dividido" (Santos, 1979). Ao deslocar o foco do território como categoria jurídica ou delimitação político-administrativa, o autor enfatiza sua dimensão prática. O território não se define por sua extensão formal, mas pelo uso que dele se faz. Trata-se do território enquanto materialidade apropriada, vivida e transformada pelas ações cotidianas.

O território usado exprime, assim, a concretude da vida social. Ele incorpora as infraestruturas herdadas, as redes técnicas disponíveis e os dispositivos institucionais vigentes, mas também as estratégias, improvisações e adaptações realizadas pelos sujeitos. Nesse sentido, o uso não é mero consumo do espaço, mas prática produtiva que reinscreve sentidos e redefine funções. A técnica, ao penetrar o cotidiano, altera ritmos, escalas e possibilidades de ação; contudo, sua apropriação não se dá de maneira homogênea, sendo mediada por condições sociais desiguais.

A análise do território usado revela, igualmente, a divisão territorial do trabalho e a coexistência de circuitos econômicos distintos. A presença de circuitos superiores e inferiores da economia urbana explicita que o acesso à técnica, ao crédito e à informação é seletivo. Certos territórios concentram fluxos e investimentos, enquanto outros operam sob restrições estruturais. O território usado, portanto, é expressão concreta das desigualdades socioespaciais.

Ainda assim, o território não se reduz à reprodução mecânica da ordem dominante. No interior das restrições impostas pela estrutura técnica e econômica, emergem práticas que tensionam usos prescritos e produzem arranjos alternativos. O

cotidiano, nesse quadro, não é apenas espaço de subordinação, mas também de invenção. A noção de território usado permite, assim, apreender simultaneamente dominação e possibilidade, estrutura e agência, materialidade e criação.

2.3 Globalização: fábula, perversidade e possibilidade

Essas formulações encontram seu desdobramento histórico na interpretação da globalização apresentada em "Por uma outra globalização" (Santos, 2000). Para o autor desse centenário, a globalização não constitui fenômeno meramente econômico ou tecnológico, mas sistema histórico específico, sustentado por uma combinação singular entre técnica, informação e capital financeiro. A expansão das redes e a intensificação dos fluxos configuram uma integração funcional do planeta, articulada a partir de centros de comando capazes de coordenar operações em escala mundial.

Entretanto, essa integração é acompanhada por uma poderosa dimensão ideológica. A globalização como fábula corresponde à narrativa que a apresenta como processo inevitável de modernização e progresso universal. O discurso da competitividade, da eficiência e da conectividade difunde a imagem de um mundo homogêneo e integrado, eclipsando as assimetrias que o estruturam. A ideologia da globalização naturaliza desigualdades e despolitiza suas causas.

A globalização como perversidade, por sua vez, designa sua materialidade concreta. O aprofundamento das disparidades territoriais, a financeirização da economia, a precarização do trabalho e a fragmentação urbana expressam os efeitos estruturais desse sistema. A difusão seletiva da técnica e da informação consolida hierarquias espaciais, ampliando a distância entre territórios centrais e periféricos. A integração mundial, longe de eliminar desigualdades, reconfigura-as em novas escalas.

Importa sublinhar que possibilidade, nesse enquadramento, não designa horizonte normativo externo à realidade, nem projeção voluntarista fundada na mera intenção dos sujeitos. Trata-se de virtualidade objetiva inscrita na própria estrutura contraditória da totalidade. A possibilidade emerge das fissuras produzidas pela articulação desigual entre técnica, informação e capital, e depende de condições históricas concretas para se atualizar. Ela não elimina a perversidade, tampouco a supera automaticamente; coexiste com ela como dimensão latente do processo histórico.

Contudo, a análise miltoniana não se encerra na denúncia. A noção de globalização como possibilidade introduz a dimensão histórica aberta do processo. As mesmas técnicas que viabilizam o comando concentrado podem ser apropriadas de modos diversos; as redes que articulam fluxos financeiros também permitem a circulação de informações alternativas; as contradições do sistema revelam fissuras. A possibilidade não é utopia abstrata, mas virtualidade inscrita nas próprias tensões da ordem vigente.

A categoria de possibilidade possui, portanto, densidade política. Ela supõe sujeitos históricos capazes de reconhecer contradições e reinventar usos do território. Se o espaço é totalidade concreta e o território é uso, a globalização constitui o contexto histórico em que esses usos se intensificam, se reorganizam e se disputam. A tríade fábula–perversidade–possibilidade não descreve estágios sucessivos, mas dimensões simultâneas de um mesmo processo.

A reconstrução dessas categorias permite compreender o espaço contemporâneo como campo de forças no qual técnica, poder e cotidiano se articulam de maneira complexa. O território usado aparece, nesse quadro, como lugar privilegiado de materialização das contradições da globalização, mas também como terreno de emergência de práticas que mantêm aberta a dimensão histórica do porvir. É nessa vivência intensificada das tensões entre dominação estrutural e reinvenção cotidiana que se pode apreender concretamente a possibilidade inscrita na teoria miltoniana, questão que será examinada, a seguir, a partir da condição juvenil na contemporaneidade.

3 Juventudes na globalização perversa

A reconstrução das categorias centrais do pensamento de Milton Santos permite posicionar a globalização contemporânea como processo simultaneamente ideológico, estrutural e historicamente aberto. Contudo, a materialização concreta dessa

dinâmica não se distribui de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais. Como sintetiza Milton Santos: a globalização, tal como está sendo imposta, é perversa (2000). A globalização como perversidade incide de forma desigual sobre sujeitos colocados em posições distintas na divisão territorial do trabalho e no acesso seletivo à técnica e à informação. Nesse quadro, a condição juvenil emerge como espaço privilegiado de condensação das tensões próprias do meio técnico-científico-informacional, revelando, de modo particularmente agudo, as contradições do presente histórico.

A juventude é aqui compreendida não como mera faixa etária (Pais, 1993), mas como condição socioespacial produzida no interior das estruturas econômicas e territoriais contemporâneas. Trata-se de uma posição social marcada por inserção subordinada no mercado de trabalho, por trajetórias formativas prolongadas e por processos de inserção social mediados por instituições, especialmente a escola, cuja centralidade se intensifica nas dinâmicas contemporâneas, bem como por expectativas de mobilidade social que se confrontam com limites estruturais. Enquanto momento da vida associado ao ingresso na esfera produtiva e à construção de autonomia, a juventude é atravessada pelas transformações recentes do capitalismo, que reconfiguram os modos de inserção laboral e as formas de apropriação do território.

A precarização do trabalho juvenil constitui uma das expressões mais evidentes dessa reconfiguração (Tommasi; Corrochano, 2020). A expansão de contratos temporários, do trabalho intermitente, da informalidade e das plataformas digitais insere jovens em circuitos laborais marcados pela instabilidade e pela ausência de garantias. A flexibilidade, apresentada como atributo desejável na retórica da globalização como fábula, converte-se, na prática, em mecanismo de vulnerabilização estrutural. A difusão seletiva da técnica, ao ampliar possibilidades de coordenação e controle à distância, favorece formas de trabalho fragmentadas e desregulamentadas, nas quais a juventude aparece como força de trabalho adaptável às exigências de um mercado financeirizado.

Essa dinâmica articula-se à financeirização crescente da vida cotidiana. O acesso ao ensino superior frequentemente mediado por crédito, o estímulo ao consumo financiado, a disseminação de serviços digitais que monetizam dados e atenção configuram um cenário em que a experiência juvenil é progressivamente atravessada por dispositivos financeiros (Cândido, 2024). O território, nesse contexto, é mais do que um mero suporte de atividades produtivas, mas ativo integrado a lógicas de valorização e especulação. A inserção juvenil em espaços urbanos marcados por desigualdades históricas expõe, de maneira concreta, os efeitos dessa financeirização, que redefine centralidades, encarece a moradia e restringe possibilidades de permanência e circulação.

A urbanização desigual intensifica tais processos. As juventudes que habitam periferias metropolitanas ou territórios marcados por precariedade infraestrutural experimentam restrições específicas quanto ao acesso a equipamentos públicos, redes de transporte, oportunidades culturais e circuitos formais de trabalho (Souza; Barbosa; Simão, 2020). A seletividade da técnica manifesta-se na distribuição desigual de serviços, conectividade e segurança, produzindo territorialidades atravessadas por controles e limitações. O território usado, nesse caso, expressa a coexistência de redes globais de informação com carências locais persistentes, revelando a simultaneidade de integração e fragmentação que caracteriza a globalização perversa.

A urbanização desigual manifesta-se de forma particularmente aguda na experiência de jovens periféricos em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conforme estudos de Simão, Santos e Fernandes (2025). Inseridos em um território historicamente marcado por precariedade infraestrutural, oferta desigual de equipamentos públicos e estigmatização simbólica, esses jovens vivenciam cotidianamente os efeitos da integração subordinada à metrópole fluminense. São Gonçalo, frequentemente representada sob o paradigma da ausência: de oportunidades, de cultura, de centralidade econômica, constitui exemplo eloquente de como a globalização reorganiza o espaço segundo hierarquias que distribuem desigualmente técnica, investimento e visibilidade.

As narrativas juvenis revelam uma experiência territorial marcada por longos deslocamentos para acesso ao trabalho, à educação e ao lazer, por restrições à mobilidade urbana e por sensação recorrente de distanciamento em relação às

oportunidades concentradas nas áreas centrais do Rio de Janeiro. A proximidade geográfica não se converte em proximidade funcional. A divisão territorial do trabalho, tal como analisada por Santos em "O Espaço Dividido" (1979), evidencia-se na forma como determinados territórios se tornam predominantemente residenciais, dependentes de fluxos externos para trabalho e serviços qualificados, enquanto outros concentram comando e infraestrutura técnica.

Para esses jovens, a cidade se apresenta mais do que um cenário, mas como condicionante ativo de suas trajetórias. A escassez de equipamentos culturais, as dificuldades de transporte, a violência urbana e a precariedade de políticas públicas configuram um território usado que limita possibilidades e reorganiza expectativas. A mobilidade, direito formalmente assegurado, transforma-se em experiência territorialmente restrita. O cotidiano é atravessado por tempos longos de deslocamento, por barreiras simbólicas e por fronteiras invisíveis que delimitam onde se pode circular, permanecer e projetar o futuro.

Entretanto, a leitura que os próprios jovens constroem sobre sua cidade tensiona as representações hegemonicamente centradas na falta. Ao refletirem sobre São Gonçalo, deslocam o olhar da naturalização da carência para a compreensão de que a periferia é produto histórico de decisões políticas e econômicas que concentram investimentos e produzem fragmentação metropolitana. Essa tomada de consciência não elimina as desigualdades estruturais, mas reconfigura o modo como o território é significado. A periferia deixa de ser entendida como destino inevitável e passa a ser reconhecida como resultado de processos espaciais que podem, ao menos em tese, ser disputados.

A experiência juvenil em São Gonçalo evidencia, assim, que a urbanização desigual trata-se de estrutura que organiza subjetividades, projetos de vida e horizontes de expectativa, não sendo apenas expressão morfológica da cidade. A globalização perversa manifesta-se na seletividade dos investimentos, na precarização dos serviços e na hierarquização simbólica dos territórios. Contudo, ao produzirem interpretações críticas sobre o espaço que habitam, as juventudes periféricas revelam que o território é também campo de disputa narrativa e política, onde se confrontam naturalização e historicização da desigualdade.

Além da dimensão material, a condição juvenil é marcada por uma experiência temporal particular. O meio técnico-científico-informacional impõe ritmos acelerados, intensifica fluxos e reduz intervalos de decisão. A cultura da urgência, associada à pressão por desempenho e competitividade, incide de maneira incisiva sobre jovens contemporâneos. A compressão do tempo, articulada ao comando à distância e à instantaneidade comunicacional, produz sensação de instabilidade permanente. O tempo hegemônico do capital financeiro, que é ao mesmo tempo curto, volátil e orientado por retornos imediatos entra em tensão com a necessidade de construção de projetos de vida de médio e longo prazo.

Nesse contexto, o futuro tende a se configurar como horizonte incerto. A promessa de mobilidade social difundida pela fábula da globalização confronta-se com trajetórias marcadas por precariedade e endividamento. A juventude, tradicionalmente associada à expectativa de ascensão e ampliação de possibilidades, experimenta bloqueios estruturais que dificultam a consolidação de autonomia econômica e territorial. O descompasso entre promessa e realização intensifica a percepção de vulnerabilidade e produz sensação de suspensão do porvir. A globalização como perversidade manifesta-se, assim, não apenas em indicadores socioeconômicos, mas na experiência geracional do tempo.

A materialização dessas dinâmicas pode também ser observada de maneira particularmente contundente nos eventos climáticos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, configurando o maior desastre ambiental da história recente do estado. No bairro Humaitá, em Porto Alegre, jovens escolares do terceiro ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Carlos Fagundes de Mello vivenciaram diretamente a experiência territorial da catástrofe. Pesquisa realizada no âmbito das Geografias das Juventudes, envolvendo 23 jovens-estudantes entre 17 e 19 anos, investigou suas percepções físicas, emocionais, sociais e pedagógicas acerca das enchentes. Os resultados revelam que a crise climática não se apresenta para esses sujeitos como abstração global, mas como experiência concreta do território usado em colapso.

Do ponto de vista físico, a maioria dos estudantes presenciou enchentes em suas próprias comunidades, relatando alterações intensas no regime de chuvas e interrupções recorrentes de serviços básicos, como energia elétrica, abastecimento de água, transporte público e comunicação (Bortoluzzi; Casagrande, 2025). A paisagem cotidiana passou a ser marcada por insegurança, lama, destruição e precariedade infraestrutural. Quase todos reconhecem que suas residências e bairros apresentam riscos socioambientais significativos, ao mesmo tempo em que percebem insuficiência na preparação das instituições governamentais para lidar com eventos extremos. A seletividade da técnica (Santos, 1996), categoria central em Milton Santos, torna-se aqui visível: a infraestrutura que organiza o território revela sua fragilidade e sua distribuição desigual, evidenciando que a proteção ambiental e urbana não se realiza de maneira homogênea.

Na dimensão emocional, a ampla maioria dos jovens reconheceram impactos significativos em seu bem-estar psíquico. Medo, ansiedade e preocupação emergem como sentimentos predominantes diante da instabilidade climática e da percepção de repetição futura de eventos extremos (Casagrande; Bortoluzzi; Oliveira, 2025). A dimensão da saúde mental mostrou-se central: quase metade dos estudantes relatou não ter recebido suporte emocional adequado após o desastre, e a maioria afirmou não ter participado de grupos de apoio psicológico. A globalização como perversidade manifesta-se, assim, na produção de insegurança existencial e na ausência de políticas públicas integradas capazes de oferecer cuidado psicossocial em contextos de crise, para além da materialidade da destruição.

No plano pedagógico, os impactos foram igualmente evidentes. As enchentes provocaram interrupções nas aulas, dificuldades de deslocamento e desmotivação para o estudo, afetando diretamente a rotina escolar (Torres; Bello; Oliveira, 2025). Embora todos reconheçam a importância de aprender sobre mudanças climáticas e desastres ambientais, apenas uma minoria se sente plenamente preparada para enfrentar situações dessa natureza. A maioria declara-se parcialmente ou insuficientemente preparada, evidenciando lacunas na educação socioambiental. As estratégias consideradas mais eficazes pelos próprios jovens incluem campanhas comunitárias, projetos práticos e atividades de campo, o que revela a demanda por uma pedagogia territorializada, capaz de articular conhecimento científico, experiência vivida e ação coletiva.

A dimensão social da pesquisa evidencia, ainda, um paradoxo significativo (Bello; Torres, 2025). Em situações de crise, as principais instâncias de apoio identificadas pelos jovens foram a família e os amigos, enquanto uma pequena minoria apontou o poder público como referência de suporte. Embora a mobilização comunitária tenha sido avaliada como média ou alta, uma grande parte desses jovens afirmou nunca ter participado de iniciativas ambientais, e a maioria declarou sentir-se raramente ou nunca ouvida em processos decisórios relacionados à gestão ambiental. A juventude aparece, assim, como grupo intensamente afetado pelos desastres climáticos, mas marginalizado nos espaços institucionais de decisão. Trata-se de uma expressão clara da dissociação entre normatividade e materialidade territorial.

À luz da teoria miltoniana, as enchentes de 2024 no RS revelam o território como lugar onde desembocam todas as ações e todas as omissões (Santos, 1987). A crise climática evidencia a articulação entre técnica, poder e desigualdade, demonstrando que o meio técnico-científico-informacional, embora capaz de produzir monitoramento sofisticado e circulação instantânea de informações, não garante proteção equitativa aos diferentes territórios. Para esses jovens, o futuro não é promessa abstrata, mas horizonte atravessado pela incerteza ambiental. A experiência do desastre condensa, portanto, a dimensão perversa da globalização ao produzir simultaneamente vulnerabilidade material, insegurança emocional e descontinuidade pedagógica. No entanto, como se verá adiante, é precisamente na vivência intensificada dessas contradições que podem emergir práticas de resiliência, solidariedade e reinvenção territorial.

Importa sublinhar que tais processos não atingem exclusivamente as juventudes; todavia, nelas se apresentam de maneira particularmente concentrada. A juventude não constitui exceção ao sistema, mas sua expressão aguda. A inserção inicial no mercado de trabalho, a dependência de políticas educacionais e urbanas e a exposição intensa às tecnologias digitais fazem com que jovens vivenciem, de forma simultânea, precarização laboral, financeirização da vida, fragmentação territorial e

aceleração temporal. A condição juvenil (Abramo, 1997) torna-se, assim, lugar estratégico para observar a materialização das contradições do meio técnico-científico-informacional.

A globalização perversa não se expressa apenas nas grandes metrópoles. Em pequenas cidades, onde a densidade técnica é distinta e as centralidades são reduzidas, a condição juvenil assume contornos específicos. Pesquisa realizada com jovens de General Câmara, no Rio Grande do Sul (Silva, 2026), evidencia como as trajetórias juvenis são profundamente atravessadas pelas particularidades socioespaciais do lugar. A juventude, enquanto construção social, é indissociável do território que a conforma.

As experiências desses jovens revelam forte vínculo com a cidade, marcada pela proximidade das relações e pela centralidade dos espaços de sociabilidade. Essa proximidade, entretanto, convive com a oferta limitada de oportunidades educacionais, culturais e profissionais. A pequena cidade produz pertencimento, mas também restrição. A baixa diversificação funcional do território condiciona projetos de vida e reforça a percepção de que a realização de determinadas aspirações exige deslocamento para centros urbanos maiores. No contexto escolar, emergem percepções ambivalentes. A escola aparece como espaço de acolhimento e aprendizagem, mas também como instância atravessada por incertezas quanto à inserção futura no mundo do trabalho ou ao acesso ao ensino superior.

As expectativas juvenis articulam-se, assim, em torno da mobilidade espacial: permanecer ou partir torna-se dilema profundamente territorializado. Mesmo sem a visibilidade das grandes desigualdades metropolitanas, a divisão territorial do trabalho opera ao concentrar oportunidades fora do município. Ainda assim, a pequena cidade não pode ser reduzida à lógica da ausência. As relações de proximidade, as redes de apoio e a intensidade do pertencimento revelam que, mesmo em contextos de restrição, os jovens produzem sentidos e geografias próprias. É nessa tensão entre limite e potência que se delineia a experiência juvenil em pequenas cidades.

Entretanto, a intensificação da perversidade não implica fechamento absoluto da história. Se o território usado expressa desigualdades estruturais, ele também abriga práticas que tensionam usos prescritos e exploram brechas do sistema. A experiência juvenil da instabilidade e da incerteza pode converter-se, sob determinadas condições, em impulso para formas de apropriação do espaço, ainda que marcadas por ambiguidades. Importa reconhecer, contudo, que tais práticas não escapam a processos de cooptação, mercantilização e institucionalização. Territorialidades juvenis podem ser incorporadas a políticas de gestão cultural, absorvidas por circuitos mercantis ou neutralizadas por dispositivos de controle. A possibilidade histórica, portanto, não se realiza de maneira automática nem linear; ela depende de condições estruturais e correlações de força que ultrapassam a vontade dos sujeitos.

À luz desse quadro, os onze direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2013): direito à cidadania, à participação social e política, à educação, ao trabalho e à renda, à diversidade e à igualdade, à saúde, à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão, ao desporto e ao lazer, ao território e à mobilidade, à sustentabilidade e ao meio ambiente, e à segurança pública e ao acesso à justiça; podem ser lidos como expressão normativa de disputas profundamente espaciais. Cada um desses direitos pressupõe condições concretas de acesso, circulação, permanência e uso do território, afinal, o território usado é o chão mais a identidade (Santos, 1996). Não há direito à educação sem infraestrutura escolar distribuída territorialmente; não há direito ao trabalho sem inserção na divisão territorial do trabalho; não há direito à cultura ou ao lazer sem equipamentos e centralidades acessíveis; não há direito à participação sem espaços públicos efetivos. Na perspectiva de Milton Santos, os direitos não se realizam no plano abstrato da lei, mas no território usado, isto é, na materialidade concreta onde sistemas de objetos e sistemas de ações se articulam. Assim, o Estatuto da Juventude pode ser compreendido como reconhecimento jurídico de que a condição juvenil é atravessada por desigualdades socioespaciais estruturais.

Seus direitos, quando confrontados com a globalização perversa, evidenciam a distância entre normatividade e materialidade, revelando que a efetivação da cidadania juvenil depende da disputa pelo uso do território. A globalização, ao

concentrar essas contradições, também evidencia fissuras. É precisamente na vivência intensificada dessas tensões que se delineiam as condições para a emergência de práticas territoriais capazes de reinscrever o futuro como possibilidade, movimento que será examinado na seção seguinte.

4 Geografias das Juventudes como possibilidade

Se a globalização contemporânea se manifesta como perversidade estrutural, ela não encerra, contudo, o campo da história. Em sua formulação, Milton Santos insiste que a possibilidade está inscrita nas próprias contradições do presente. A totalidade não é sistema fechado; é processo tensionado (Santos, 2000). Nesse horizonte, as juventudes não podem ser compreendidas apenas como sujeitos vulnerabilizados pelas dinâmicas do meio técnico-científico-informacional. Elas constituem, simultaneamente, sujeitos capazes de produzir usos não previstos do território, instaurando práticas que tensionam a racionalidade hegemônica (Oliveira, 2024a). A possibilidade não se situa fora da perversidade: emerge de suas fissuras.

Compreender as juventudes como produtoras de possibilidade implica reconhecê-las como sujeitos territoriais (Oliveira; Pimenta, 2023). O território usado, categoria central da geografia miltoniana, não é mero suporte das determinações globais, mas campo onde se articulam normas, resistências, conflitos e reinvenções (Santos, 1994; Santos; Silveira, 2001). Se a técnica e a informação são apropriadas seletivamente pelo capital, também podem ser reempregadas de modo criativo por sujeitos subalternizados. A agência juvenil, nesse sentido, se apresenta como capacidade situada de operar dentro de condicionamentos materiais e institucionais específicos, explorando margens de manobra abertas pelas próprias contradições do sistema, e não como mero voluntarismo abstrato nem como exterioridade às estruturas de dominação.

Entre os direitos previstos no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), o direito ao território e à mobilidade adquire centralidade singular quando interpretado a partir da teoria miltoniana. De acordo com Santos (1987), o território é o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes. Garantir às juventudes o direito ao território significa reconhecer sua condição de sujeitas do espaço, capazes de usar, permanecer, circular e produzir sentidos nos lugares que habitam. Já a mobilidade não se reduz ao deslocamento físico; ela expressa acesso diferencial às oportunidades distribuídas de maneira desigual na divisão territorial do trabalho. No meio técnico-científico-informacional, onde fluxos se intensificam e fronteiras simbólicas se redefinem, a mobilidade torna-se índice concreto de inclusão ou exclusão. As juventudes periféricas que enfrentam longos tempos de deslocamento diário, barreiras urbanas, ausência de transporte adequado ou controle policial seletivo experimenta a perversidade da globalização em sua dimensão territorial mais imediata. Reivindicar o direito ao território e à mobilidade é, portanto, disputar o poder de definir quem pode circular, permanecer e projetar futuro (Oliveira, 2024b). Trata-se de direito que condensa os demais, pois sem mobilidade e apropriação territorial não se realizam educação, trabalho, cultura ou participação. Nesse sentido, a luta juvenil pelo território explicita que a possibilidade histórica, em Milton Santos, é necessariamente espacial.

Para que essa possibilidade não permaneça no plano abstrato, é necessário explicitar os mecanismos espaciais por meio dos quais tais práticas operam. As territorialidades juvenis, mais do que ocupar espaços existentes, promovem mudanças temporárias nos usos do espaço, reconfiguram centralidades simbólicas e produzem circuitos alternativos de circulação de pessoas, bens e informações. Ao converter equipamentos subutilizados em espaços de encontro político-cultural, ao instituir redes digitais que articulam escalas locais e transnacionais ou ao criar circuitos culturais periféricos que escapam parcialmente aos fluxos hegemônicos, jovens interferem na lógica da divisão territorial do trabalho. Tais práticas não eliminam as hierarquias estruturais do território, mas introduzem fraturas nos usos prescritos, alterando ritmos, ampliando acessos e resignificando materialidades herdadas. O território usado, nesse contexto, deixa de ser apenas expressão da dominação para revelar-se também como campo de experimentação de arranjos espaciais contingentes.

4.1 Territorialidades juvenis

As territorialidades juvenis podem ser entendidas como formas específicas de apropriação e produção do espaço, nas quais se articulam identidade, sociabilidade e disputa política. Não se tratam de enclaves isolados do sistema, mas de práticas inscritas na totalidade contraditória da globalização. Ao ocupar, resignificar ou reprogramar determinados espaços, físicos ou digitais, as juventudes produzem territorialidades que tensionam os usos previamente prescritos pelo mercado e pelo Estado. Essas práticas operam em múltiplas escalas, do bairro às redes digitais transnacionais, revelando a complexidade contemporânea do território. De todas as formas, essas territorialidades não são homogêneas. Juventudes negras, periféricas, femininas e LGBTQIA+ experimentam o território sob regimes diferenciados de controle, violência e invisibilização. A produção da possibilidade é atravessada por marcadores sociais que condicionam tanto a vulnerabilidade quanto as formas de agência, exigindo leitura interseccional das práticas espaciais juvenis.

As ocupações culturais constituem uma expressão emblemática desse processo ao suspender temporariamente a função normativa de determinados equipamentos urbanos e reinscrever neles usos coletivos não previstos pela racionalidade administrativa ou mercantil. A apropriação de escolas, praças, centros culturais ou edifícios ociosos transforma temporariamente a função social desses espaços, convertendo-os em lugares de debate, criação e experimentação política (Groppo et al, 2023). Ao reivindicar o direito à cidade e à participação nas decisões que afetam seu cotidiano, jovens deslocam o território de sua funcionalidade estritamente mercantil ou administrativa, reinscrevendo-o como espaço de uso coletivo (Cassab; Porto, 2024). Ainda que marcadas por tensões e limites, tais experiências revelam que o território pode ser praticado de maneira contra-hegemônica.

As práticas artísticas juvenis configuram outra dimensão relevante dessas territorialidades. Expressões como o grafite, os SLAM de poesia, a música produzida nas periferias urbanas ou as intervenções culturais em espaços públicos não se restringem ao plano estético. Elas constituem formas de espacialização de narrativas, memórias e conflitos (Martins, 2025). Ao inscrever marcas visíveis no espaço urbano ou ao construir circuitos culturais alternativos, jovens produzem cartografias próprias, afirmando presenças historicamente marginalizadas. A arte, nesse contexto, opera como linguagem territorial, articulando denúncia e afirmação.

No interior das contradições urbanas, as juventudes sofrem os efeitos da desigualdade e também produzem espaço. Em Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, o vão do Viaduto Arquiteto Hélio Fadel tornou-se suporte material para essa produção, conforme estudo de Cassab (2025). A ocupação realizada pelo Coletivo Espaço Hip Hop transformou um interstício da infraestrutura viária, espaço concebido originalmente para a circulação de automóveis, em território de expressão juvenil. O inventário dos grafites ali presentes permite reconhecer a inscrição das juventudes na paisagem urbana. As grafias que cobrem os pilares e muros do viaduto não são meros adornos visuais; constituem práticas espaciais que marcam presença, afirmam existência e tensionam a invisibilidade social imposta às juventudes periféricas na cidade desigual. Ao grafar o espaço, esses sujeitos produzem território, deslocando a função original do lugar e ressignificando-o como espaço de encontro, cultura e identidade.

Os grafites inventariados revelam temas recorrentes: afirmação da cultura hip hop, denúncia das violências estruturais, valorização da identidade negra, reivindicação de pertencimento urbano. Cada inscrição opera como gesto político e estético. A paisagem, nesse sentido, deixa de ser apenas cenário e passa a ser suporte de enunciação (Santos, 2000). A cidade, frequentemente organizada segundo lógicas excludentes, é reapropriada por meio da arte. Essa prática evidencia que a condição juvenil não se reduz à vulnerabilidade anteriormente descrita. Mesmo em contextos de restrição, as juventudes acionam repertórios culturais e coletivos para intervir no espaço urbano. O viaduto, lido como símbolo da fluidez técnica e da prioridade dada aos fluxos, converte-se em superfície de permanência e memória. A técnica que organiza a circulação é tensionada pela técnica da arte urbana, revelando que o território é campo de disputa material e simbólica. Reconhecer essas grafias como

produção legítima do espaço implica deslocar o olhar sobre a cidade. Ao desenharem na paisagem sua existência, essas juventudes afirmam que, mesmo sob a lógica da globalização perversa, o território permanece aberto à criação, à resistência e à reinvenção.

As redes digitais, por sua vez, ampliam e complexificam essas territorialidades. Inseridas no meio técnico-científico-informacional, as juventudes utilizam plataformas digitais para organizar mobilizações, difundir informações e construir comunidades que transcendem fronteiras locais. A técnica, ainda que estruturada por lógicas corporativas e algoritmos de controle, não se reduz à função disciplinadora. Seu uso pode ser reprogramado, criando circuitos comunicacionais alternativos e fortalecendo vínculos coletivos. Essa territorialidade em rede não elimina o espaço material, mas o articula a novas escalas de visibilidade e coordenação (Oliveira, 2026).

As reapropriações do espaço urbano consolidam, assim, um campo de práticas no qual o território é vivido como experiência cotidiana e como arena política. Encontros em praças, coletivos culturais, circuitos independentes de produção artística e iniciativas comunitárias configuram usos que escapam parcialmente às lógicas estritamente mercantis. Tais práticas não anulam as estruturas de desigualdade que atravessam a cidade, mas demonstram que o território permanece aberto a disputas. A territorialidade juvenil, nesse sentido, evidencia que o espaço é sempre mais do que a racionalidade que busca ordená-lo (Turra Neto, 2025).

4.2 Temporalidades juvenis e reinvenção do futuro

Se as territorialidades juvenis revelam apropriações espaciais específicas, elas também expressam uma relação singular com o tempo. Em um contexto marcado pela aceleração e pela incerteza, as juventudes frequentemente tensionam a naturalização do presente. A recusa em aceitar como inevitáveis a precarização do trabalho, a desigualdade urbana e a restrição de direitos constitui gesto político fundamental. Ao problematizar o agora, jovens reabrem a dimensão histórica do possível, rompendo com a ideia de que não há alternativa às formas atuais de organização social.

Essa tensão temporal não se manifesta apenas como disposição subjetiva, mas como prática espacialmente localizada. Ao instituírem assembleias prolongadas, ocupações que suspendem rotinas institucionais, circuitos culturais autogeridos ou redes de mobilização que operam em ritmos próprios, as juventudes introduzem rupturas no tempo imposto pelo cotidiano do capital financeiro. Produz-se, nesses casos, uma desaceleração relativa ou uma rearticulação dos ritmos cotidianos, que interrompe a lógica da urgência permanente e reabre intervalos de deliberação coletiva. Tais práticas configuram disputas pelo controle do tempo social: quem define prioridades, durações, sequências? Ao reorganizar agendas, prolongar permanências em determinados lugares e antecipar, na prática, arranjos sociais desejados, jovens transformam o futuro em experiência performativa do presente. O território torna-se, assim, um suporte de ação e, principalmente, um dispositivo de produção de temporalidades alternativas.

A reinvenção do futuro não se configura, aqui, como promessa abstrata ou projeção utópica desvinculada do território. Ela se realiza em práticas concretas, na construção de coletivos, na formulação de pautas e na experimentação de formas alternativas de sociabilidade (Diógenes, 2020). O futuro, nessa perspectiva, é produzido no presente, a partir de usos específicos do espaço e da técnica. Cada ocupação, cada intervenção artística, cada mobilização articulada em rede constitui ensaio de outro arranjo possível. A possibilidade, portanto, assume caráter territorial: ela se ancora em lugares, relações e experiências.

Em Milton Santos, a esperança não se confunde com ingenuidade (Santos, 2000). Trata-se de uma postura ética fundada na leitura crítica da realidade e na identificação das potencialidades inscritas no próprio funcionamento do sistema. É entendida, também, não como sentimento individual, mas como postura ética fundada na leitura crítica das contradições do presente (Santos, 2000). Ao reconhecer as juventudes como sujeitos que produzem geografias da possibilidade, este argumento não

ignora as estruturas de dominação que as atravessam. Ao contrário: afirma que é precisamente na experiência intensificada dessas contradições que se delineiam práticas capazes de tensionar o presente e reinscrever o futuro como campo aberto.

As Geografias das Juventudes, assim, não representam exterioridade ao mundo globalizado, mas expressão interna de suas disputas (Cardoso; Turra Neto, 2011; Oliveira, 2023b). Elas revelam que o território usado permanece, ao mesmo tempo, espaço de conflito e criação. Se a globalização perversa organiza o presente segundo uma racionalidade excludente, as práticas juvenis insistem em reabrir o horizonte histórico, afirmando que a totalidade, embora estruturada, não é definitiva. Nesse movimento, as juventudes se apresentam como categoria social afetada pelo tempo atual e também como lugar estratégico para pensar e praticar outros modos de habitar o espaço e de imaginar o futuro.

A incorporação da condição juvenil à teoria miltoniana não opera como simples aplicação temática de categorias previamente consolidadas. Ao contrário, ela tensiona e amplia o alcance dessas categorias ao evidenciar dimensões temporais e geracionais que permanecem relativamente implícitas na formulação original. Se o território usado explicita a materialidade concreta das relações sociais, a análise das juventudes revela com maior nitidez a disputa pelo futuro inscrita nesses usos. A categoria de possibilidade, em Milton Santos, adquire densidade específica quando observada a partir de sujeitos cuja posição social é estruturalmente vinculada à construção do porvir. Nesse sentido, as Geografias das Juventudes confirmam a abertura histórica da totalidade, e também deslocam o eixo interpretativo ao explicitar que a possibilidade não é abstração normativa, e sim experiência no espaço, atravessada por desigualdades geracionais e territoriais. A juventude, assim, não ilustra a teoria do espaço: ela a tensiona ao tornar visível a dimensão temporal da disputa territorial e ao revelar que o futuro constitui campo estratégico de poder no interior da globalização contemporânea.

5 Considerações finais: atualizar é radicalizar

O centenário de Milton Santos não convoca à mera celebração memorialista, mas exige um gesto crítico que atualize e radicalize sua obra. Revisitar sua teoria do espaço e a noção de território, neste momento histórico, significa testar sua atualidade frente às transformações profundas da globalização contemporânea. Se, para muitos, a juventude não figura de modo explícito no arcabouço miltoniano, este artigo demonstra que a ausência nominal não implica limitação conceitual; ao contrário, revela um campo interpretativo fecundo, capaz de tensionar e expandir o alcance político de sua obra. Atualizar Milton Santos é, portanto, deslocar o olhar teórico para sujeitos concretos que experimentam intensamente as contradições do presente.

As juventudes contemporâneas vivenciam a globalização em sua dimensão mais perversa: precarização do trabalho, financeirização da vida e do território, urbanização desigual e compressão temporal que bloqueia horizontes futuros. A experiência geracional se manifesta como condensado dessas tensões, tornando-se particularmente sensível às contradições do meio técnico-científico-informacional. É nesse quadro que se evidencia a centralidade da juventude como categoria analítica: não apenas como vítimas, mas como sujeitos que revelam a estrutura e os limites da perversidade no espaço social.

Ao mesmo tempo, as práticas juvenis revelam fissuras produtivas no tecido da globalização perversa. Territorialidades culturais, ocupações artísticas, redes digitais e reapropriações urbanas demonstram que o território usado permanece aberto à reinvenção e à disputa. As temporalidades juvenis, por sua vez, tensionam o presente e constroem futuros possíveis, revelando que a categoria de possibilidade não é abstrata: ela se realiza em práticas concretas, situadas, eticamente orientadas e politicamente significativas. Assim, as Geografias das Juventudes evidenciam as contradições da globalização, quando reafirmam a potência política da teoria miltoniana ao revelar sujeitos que reconfiguram parcialmente usos, sentidos e temporalidades do espaço, introduzindo deslocamentos que, embora não alterem de imediato a estrutura global, tensionam sua estabilidade.

Esta análise permite ainda conectar o debate sobre juventudes à tradição miltoniana de reflexão sobre o espaço. Espaço como totalidade concreta, território usado, técnica e informação articuladas ao poder, e a tríade fábula, perversidade e possibilidade formam o núcleo conceitual que sustenta esta atualização. Ao articular estas categorias com experiências contemporâneas de juventude, se evidencia como práticas espacialmente situadas podem radicalizar o alcance da teoria, sem descuidar da densidade analítica que caracteriza a obra de Santos.

Apesar dessas contribuições, permanecem lacunas significativas. As juventudes, em suas múltiplas dimensões (digitais, urbanas, culturais) ainda carecem de análises sistemáticas que integrem territorialidade, temporalidade e agência. Há espaço para estudos que articulem de modo mais detalhado as práticas concretas de reinvenção do espaço com os condicionamentos estruturais da globalização perversa, sem perder de vista a atualização teórica proposta pelo centenário.

Como lembrava Milton Santos, em Por uma Outra Globalização, "a história não acabou" (2000). Ao contrário, permanece sendo escrita e aberta às possibilidades que emergem dos lugares, das resistências e das práticas cotidianas dos sujeitos subalternizados pela globalização perversa. Se o presente é marcado pela racionalidade hegemônica do mercado, ele também abriga germes de outra racionalidade, fundada na solidariedade, na centralidade da vida e na reinvenção do território como espaço de cidadania. Pensar as juventudes a partir dessa chave implica reconhecê-las não apenas como vítimas das desigualdades socioespaciais, mas como produtoras de futuro. A possibilidade histórica, em Milton Santos, é sempre territorial e é nesse território usado, vivido e disputado que as juventudes inscrevem sua potência transformadora.

Atualizar Milton Santos implica reconhecer que as Geografias das Juventudes revelam o espaço como campo aberto de disputa, reinvenção e esperança histórica. As juventudes, mais do que viver a globalização perversa; tensionam, exploram suas fissuras e produzem territórios de possibilidade. É precisamente nesta tensão entre estrutura e criação, entre perversidade e possibilidade, que se manifesta a força política da obra miltoniana: compreender o presente para reinventar o futuro. Se a globalização organiza o presente segundo lógicas excludentes, as juventudes insistem em mostrar que a totalidade, embora estruturada, jamais é definitiva e que, no centenário de Santos, atualizar sua obra significa reconhecer que o espaço e o tempo permanecem abertos à reinvenção.

Contribuições dos autores (CRediT): todas as etapas foram elaboradas, desenvolvidas, revisadas pelo único autor do artigo, Victor Hugo Nedel Oliveira. O autor, portanto, elaborou a escrita, a revisão e edição. A versão final, portanto, foi elaborada e corrigida pelo único autor do artigo.

Disponibilidade de dados: não se aplica.

Financiamento: não se aplica.

Agradecimentos: não se aplica.

Uso de inteligência artificial: O autor declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa.

Conflito de interesse: O autor declara não haver conflito de interesse.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25–36, 1997. https://doi.org/10.1590/S1413-24781997000200003

BELLO, Marina de Assumpção; TORRES, Raquel Amaro da Silveira. Juventudes escolarizadas em meio às águas: percepções sociais diante das enchentes de 2024 em Porto Alegre/RS. In: SOUZA, Vanilton Camilo de; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de (Org.). Anais do I Seminário Desafios sobre a Geografia no Ensino Médio e XIX Seminário Educação e Cidade [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Comunicação, 2025. ISBN: 978-65-81498-15-3. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/59278-anais-do-i-seminario-desafios-sobre-a-geografia-no-ensino-medio-e-do-xix-seminario-educacao-e-cidade>. Acesso em: 02 mar. 2026.

BORTOLUZZI, Germano Petry; CASAGRANDE, Nicole Boff. Juventudes escolarizadas e territórios inundados: um olhar sobre percepções físicas e vulnerabilidade. In: SOUZA, Vanilton Camilo de; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de (Org.). Anais do I Seminário Desafios sobre a Geografia no Ensino Médio e XIX Seminário Educação e Cidade [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Comunicação, 2025. ISBN: 978-65-81498-15-3. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/59278-anais-do-i-seminario-desafios-sobre-a-geografia-no-ensino-medio-e-do-xix-seminario-educacao-e-cidade>. Acesso em: 02 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

CÂNDIDO, Carlos Daniel Nunes. Jovens investidores: subjetividades, valores e cultura neoliberal do capitalismo financeiro informatizado contemporâneo. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2024.

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, cidade e território: esboços de uma geografia das juventudes. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA: JUVENTUDES E CIDADE, 1., 2011, Juiz de Fora. Anais. Juiz de Fora, 2011. p. 1-19. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea/wp-content/uploads/sites/338/2019/09/JUVENTUDE-CIDADE-E-TERRIT%C3%93RIO-ESBO%C3%87OS-DE-UMA-GEOGRAFIA-DAS-JUVENTUDES.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.

CASAGRANDE, Nicole Boff; BORTOLUZZI, Germano Petry; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. “É difícil falar sobre isso”: jovens escolares, saúde mental e desastres climáticos em Porto Alegre/RS. In: SOUZA, Vanilton Camilo de; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de (Org.). Anais do I Seminário Desafios sobre a Geografia no Ensino Médio e XIX Seminário Educação e Cidade [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Comunicação, 2025. ISBN: 978-65-81498-15-3. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/59278-anais-do-i-seminario-desafios-sobre-a-geografia-no-ensino-medio-e-do-xix-seminario-educacao-e-cidade>. Acesso em: 02 mar. 2026.

CASSAB, Clarice; PORTO, Fernanda Felício. Juventudes e cultura: a apropriação da cidade por jovens do hip hop em Juiz de Fora – MG. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 8., 2024, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: AGB, 2024. ISSN: 2527-2381. Disponível em: <https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727373288_ARQUIVO_bfa1ada4a37c017310fe94f2bcba01a1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2026.

CASSAB, Clarice. Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: inventário dos graffitis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG. Plural, São Paulo, v. 32, n. 1, 2025. https://doi.org/10.11606/issn.2176-6789.v32i1e-224440

DIÓGENES, Glória. Cidade, arte e criação social: novos diagramas de culturas juvenis da periferia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 373–390, 2020. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.022

GROPPO, Luís Antonio et al. “Um ato de liberdade”: movimento de estudantes secundaristas em São Paulo, 2015. Pro-Posições, Campinas, v. 34, e20210101, 2023. https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0101

MARTINS, Daiane Santana. Rimar o território: o Slam interescolar de poesias de São Paulo como prática pedagógica decolonial. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 59–78, 2023a. https://doi.org/10.22456/1982-0003.136262

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel (org.). Geografias das Juventudes. Porto Alegre: GEPJUVE/UFRGS, 2023b. ISBN: 978-65-00-84518-1. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/256855>. Acesso em: 2 mar. 2026.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Geografias das Juventudes: mapeando espacialidades juvenis. GeoPuc, Rio de Janeiro, v. 16, p. e00090, 2024a. https://doi.org/10.31134/geopuc.v16.e00090

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Do direito ao território e à mobilidade: análise das propostas enviadas à IV Conferência Nacional de Juventude. GEOINGÁ, v. 16, n. 1, 2024b. https://doi.org/10.4025/geoinga.v16i1.70425

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes evangélicas e religião em rede: territorialidades e disputas de sentidos na universidade pública. Pró-Proposições, UFSCar, 2026. (Artigo aceito/prelo).

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel; PIMENTA, Melissa de Mattos (org.). Juventudes e territórios. Porto Alegre: GEPJUVE, 2023. 221 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256981>. Acesso em: 02 mar. 2026.

PAIS, José Machado. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Gabrielle Bezerra da. Juventudes em uma pequena cidade gaúcha: as práticas espaciais e o contexto escolar de jovens camarenses. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2026.

SIMÃO, Mário Pires; SANTOS, Felipe Mota dos; FERNANDES, Rafaela da Silva. Juventudes periféricas e a cidade: um olhar sobre a experiência de pensar os contextos socioespaciais de São Gonçalo, RJ na educação básica. Revista de Geopolítica, v. 16, n. 5, e1543, 2025. https://doi.org/10.56238/revgeov16n5-325

SOUZA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. A favela reinventa a cidade. Rio de Janeiro: Eduniperiferias; Mórula, 2020.

TOMMASI, Lívia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 353–372, 2020. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021

TORRES, Raquel Amaro da Silveira; BELLO, Marina de Assumpção; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Percepções pedagógicas das juventudes sobre desastres climáticos: o caso das enchentes de 2024 em Porto Alegre/RS. In: SOUZA, Vanilton Camilo de; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de (Org.). Anais do I Seminário Desafios sobre a Geografia no Ensino Médio e XIX Seminário Educação e Cidade [recurso eletrônico]. Goiânia: C&A Comunicação, 2025. Disponível em: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/59278-anais-do-i-seminario-desafios-sobre-a-geografia-no-ensino-medio-e-do-xix-seminario-educacao-e-cidade>. Acesso em: 3 fev. 2026.

TURRA NETO, Nécio. Geographic context and field of possibilities for the geographical reading of youth. Mercator, Fortaleza, v. 24, e24017, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Q4zv7XhYtVDVK77mQTvsrqz/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SOBRE A AUTORIA

Victor Hugo Nedel Oliveira

Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventudes e Espaço (GEPJUVE/UFRGS/CNPq).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5624-8476
E-mail: victor.nedel@ufrgs.br